

# EXTERMINAR

SINDICATO DOS  
TRABALHADORES NO  
SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

**180**

**SETEMBRO 2019**

FILIADO À



## É preciso barrar Bolsonaro, o Exterminador do seu Futuro!

Pág. 02

### CONJUNTURA

Em defesa das liberdades  
democráticas

Pág. 03

### GIRO NOS ÓRGÃOS

Fundacentro, SPU, Ipen,  
Incra, Conab, ex-MTb, Ibama

Págs. 06-09

### SERVIÇO PÚBLICO

Governo intensifica  
ataques ao funcionalismo

Págs. 03-05

### COMBATE ÀS OPRESSÕES

Visitação ao Quilombo  
Cafundó e Ocupação dos  
Queixadas

Págs. 10-11

### ATIVIDADES

Congressos da CSP-Conlutas  
e do Sindsef-SP

Pág. 12



Pág. 12

[www.sindsef-sp.org.br](http://www.sindsef-sp.org.br)



11 3106-6402



# É preciso barrar Bolsonaro, o Exterminador do seu Futuro!

## Governo corta dos gastos públicos para o povo, mas gasta com a família e amigos

A frase “acabou a mamata” serviu como um misto de slogan, palavra de ordem e promessa de campanha de Jair Bolsonaro e seus seguidores. Repetindo antecessores como Fernando Collor, o presidente se elegeu dizendo representar uma “nova política”.

Nos primeiros meses de governo, uma das principais promessas de campanha, o zelo pelos gastos públicos, foi quebrada pelo presidente, ao distribuir cargos para favorecer amigos dos filhos, sobrinhos, amiga da esposa, entre outras pessoas próximas e, depois, tentar emplacar o filho na embaixada em Washington.

Bolsonaro tuitou criticando a imprensa. Em tom irônico, disse que ninguém esperava que ele chamasse inimigos. O presidente se elegeu defendendo a família tradicional, mas esqueceu de dizer que se referia apenas à própria família.

A promessa de acabar com os cargos comissionados, um outro compromisso do candidato, tem se aplicado somente a posições menos importantes, sem atingir a elite, gerando uma economia pífia.

O “fim do toma lá, dá cá” também ficou no vácuo. Até agora, foram mais de R\$3 bilhões ofertados em verbas extras para os ministros conseguirem pagar emendas parlamentares, especialmente para a aprovação da reforma da Previdência.

Além disso, a Presidência da República aumentou 15% os gastos secretos com cartões corporativos no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado. Conforme dados do Portal da Transparência do Governo Federal, o valor já chegou a R\$ 5,8 milhões. O detalhamento destes gastos, como data em que ocorreram, quem recebeu e por qual serviço recebeu não é divulgado.



Famílias do presidente utilizaram helicóptero da FAB para ir ao casamento do seu filho

Foto: Montagem / Reprodução Google

## Nada de novo

Jair Bolsonaro passou 28 anos no Congresso Nacional. Não era alguém de fora do sistema. Ao contrário, já conhecia de perto a corrupção, tendo pouca efetividade legislativa e alguns funcionários fantasmas.

Isso só ficou mais evidente depois da eleição, a partir do Caso Queiroz. Pai e filho, Jair e Flávio Bolsonaro, são citados em investigação envolvendo o miliciano e ex-assessor parlamentar, Fabrício Queiroz, como “laranja” para a apropriação indevida de parte dos salários dos servidores, inclusive, funcionários nunca vistos na

Alerj, a exemplo da filha de Queiroz.

O atual presidente se aposentou do Exército em 1998 aos 33 anos, ganhando salário de R\$ 10 mil, após 15 anos de serviços prestados. Como ex-deputado federal, o político tem direito a mais R\$ 27 mil. Total de 37 mil, apenas de aposentadoria.

Acumulando uma aposentadoria 533% acima do atual teto do INSS com o salário de R\$ 30 mil pela Presidência, o capitão não tem nenhum constrangimento em propor uma reforma da Previdência que obrigue o trabalhador trabalhar até morrer.

## Vamos reagir!

Há quem ainda acredite que as mudanças propostas pelo governo de Jair Bolsonaro são necessárias, porque do jeito que está não pode continuar. Mas, ao perceber que o que está ruim pode piorar, o humor dos servidores federais que digitaram 17 nas urnas com esperança de uma mudança radical e qualificada na administração pública vem sendo alterado.

Estima-se que, dependendo do órgão público, entre 20% a 90% dos servidores viraram as costas para o governo. Três fatos estão entre os

principais motivos para a decepção: a reforma da previdência (PL 06/2019), o projeto que prevê a perda de cargo público por insuficiência de desempenho (PL 116/2017) e os ataques ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Os ataques a instituições respeitadas nas áreas de ciência e tecnologia, ambiental e acadêmica e os cortes no orçamento de universidades e institutos de educação também motivam a indignação da base.

O fato é que as reformas legisla-

tivas apresentadas desde a eleição de Bolsonaro – muitas já vinham dos governos antecessores – não têm o intuito de atender às demandas dos trabalhadores, mas sim aos interesses dos grandes grupos financeiros que dominam a economia do Brasil e do mundo. Elas são voltadas a reduzir o aparelho de Estado (sobretudo nas áreas de interesse social), privatizando serviços públicos e retirando direitos de maneira geral. Fazem parte da política neoliberal, no entanto, chegam a ser mais duras e cruéis que em outros

países.

Agora, com a reforma administrativa, quem votou em Bolsonaro e se considera parte da “elite” do funcionalismo também está sob risco de perder o emprego, além da aposentadoria.

Para o Sindsef-SP, somente a luta, ombro-a-ombro nas ruas, poderá conter os retrocessos no país. A luta em defesa dos serviços públicos exigirá esforço redobrado e também irá requerer maior participação dos trabalhadores e trabalhadoras e fortalecimento das entidades. Junte-se a nós!

### Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Boa Vista, nº76 - 3º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01014-000  
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: [imprensa@sindsef-sp.org.br](mailto:imprensa@sindsef-sp.org.br) | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)  
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 5.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: LJT Editora Gráfica Ltda



## Em defesa das liberdades democráticas!

Bolsonaro aumentou os ataques contra os direitos e as liberdades democráticas nos últimos meses. Foram inúmeras as declarações autoritárias, machistas, racistas, homofóbicas, as críticas aos nordestinos, os ataques a jornalistas, ambientalistas, indígenas e vítimas da ditadura militar.

O presidente empossou militares que defendem torturadores na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de

“excludente de ilicitude” que oferece retaguarda jurídica para que agentes públicos de segurança e militares usem do poder de fogo, sem serem processados por isso, dando “carta branca” para a polícia matar.

Bolsonaro quer rebaixar os salários, destruir o emprego, o meio ambiente, a Educação, a Saúde, a moradia e aumentar o genocídio da juventude negra e pobre das periferias. Para aplicar seu plano econômico ultraliberal, precisa destruir qual-

quer possibilidade de resistência.

O presidente quer um poder ditatorial para o Executivo governar por decreto, atacar as liberdades de opinião, manifestação e de organização da classe trabalhadora e do povo. Busca, com isso, e reprimir quem discorda, impedindo qualquer oposição.

Essa escalada autoritária não começou agora, mas infelizmente desde antes, com a famigerada Lei Antiterrorismo do governo Dilma.”

Na verdade, para a população negra e pobre da periferia, para mulheres e jovens pobres, nunca existiu o Estado democrático de direito. São essas pessoas as maiores vítimas do autoritarismo e da violência.

As declarações e as medidas adotadas por Bolsonaro representam ofensas aos direitos e às garantias fundamentais presentes na Constituição e devem ser repudiados e combatidas pelo conjunto das organizações dos trabalhadores de forma dura.

# Governo intensifica ataques ao funcionalismo público

*Além da reforma da Previdência, vem aí uma reforma administrativa baseada no modelo dos EUA*

Quando Jair Bolsonaro (PSL) assumiu a Presidência da República iniciou uma série de medidas que afetam os servidores e os serviços públicos prestados à população brasileira. A Medida Provisória nº 870, que mudou a estrutura ministerial, publicada no 1º dia de 2019, foi só o começo.

Sem qualquer projeto de desenvolvimento econômico, o governo tenta enfrentar a estagnação da economia apenas com ajustes que penalizam os trabalhadores, especialmente os servidores, citados injustamente como “privilegiados”. Mas, ninguém mexe no bolso dos verdadeiros privilegiados: megaempresários e especuladores financeiros, parlamentares, o próprio presidente da República, ministros, juizes e a alta patente do Exército, por exemplo.

A equipe do ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, adotou a lógica de conter gastos como se isso estimulasse a economia. Neste contexto estão medidas administrativas como a reforma da Previdência; a restrição de novos concursos públicos e dos reajustes salariais; cortes no orçamento de universidades e institutos de educação e; mais recentemente, a reforma administrativa.



Até o momento, as notícias apontam para o resgate do projeto tentado por Michel Temer (MDB) sem sucesso. A proposta original visava reduzir as quase 300 carreiras para não mais que 30, diminuir os valores iniciais da remuneração para R\$ 2,7 mil, às funções de nível médio, e R\$ 5 mil para os graduados, além de padronizar e ampliar para 30 níveis de progressão, distanciando o início e o final da carreira.

De acordo com o artigo do diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, publicado no site Congresso Em Foco, o trabalho – que está sendo formulado no Ministério da Economia (ME)

– consiste no enxugamento das estruturas e do gasto com servidores, extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos; redução do quadro de pessoal, jornada e os salários; menos concursos e mais contratações temporárias; instituição de um carreirão horizontal e transversal, com mobilidade plena dos servidores; intervalo maior para atingir progressões; congelamento salarial e dos benefícios do funcionalismo; ampliação da contratação temporária e; autoriza a União a criar fundações privadas, organizações sociais e serviço

social autônomo.

Os empregados dessas instituições criadas seriam contratados pela CLT – para, mediante delegação legislativa, contrato de gestão ou mesmo convênio, prestarem serviço ao Estado, especialmente nas áreas de Seguridade (Saúde, Previdência e Assistência Social), Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Turismo e Comunicação Social, entre outros.

A ideia de Guedes é intensificar a descentralização, transferindo atribuições e responsabilidades para estados e municípios; além de terceirizar vários serviços públicos, inclusive na atividade-fim, como previsto na Lei 13.429/2017, aprovada durante o governo Temer. Além disso, Bolsonaro quer regulamentar, de modo restritivo, o direito de greve do servidor público.

Os pontos específicos da reforma administrativa estão sendo costurados entre o ME e o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Passada a aprovação da reforma da Previdência na Casa, essa é uma das novas “prioridades”.

**FISCALIZE AS CONTAS O SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU!**  
Confira a prestação de contas em nosso site: [www.sindsef-sp.org.br](http://www.sindsef-sp.org.br)



## PL 116/2017: Demissões e assédio moral

Na prática, a reforma administrativa está em andamento antes mesmo do envio de qualquer proposta ao Congresso. O Projeto de Lei nº 116/2017, que regulamenta a demissão de servidores concursados e estáveis, avança no Senado.

O projeto, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), prevê que servidores concursados passarão por avaliações periódicas e caso apresentarem mau desempenho poderão ser demitidos. A questão é que essas avaliações, na prática, não têm um critério objetivo.



As avaliações de desempenho já acontecem dentro do funcionalismo. Elas são previstas no regime jurídico (Lei 8.112, de 1990). A perda do cargo público também já está prevista na Constituição Federal, mas ela não é autoaplicável.

A ausência de regulamentação é a razão pela qual o dispositivo constitucional não pôde até hoje ser utilizado pela administração para promover as referidas demissões. Assim, atualmente os servidores públicos só podem ser demitidos por decisão judicial ou processo administrativo disciplinar (PAD).

**INCONSTITUCIONALIDADE** – O PL 116/2017, na teoria, é uma Lei Complementar que vem para cumprir esta função de regulamentar, mas, na prática, possui flagrantes inconstitucionalidades.

Primeiro, porque nem poderia ser proposto por uma senadora, considerando que o Art. 61, § 1º, II, “c”, da Constituição, atribui exclusiva-

mente ao Presidente da República a prerrogativa de propor leis dispendo sobre assuntos como este.

Depois, porque, ao incluir servidores públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ofende a autonomia dos entes federados (CF, art. 39).

E, por fim, porque permite um tal grau de subjetividade na avaliação sobre o desempenho dos servidores, que implicaria em ofensa ao princípio da impessoalidade (CF, art. 37).

**EFICIÊNCIA** – Os defensores da proposta usam uma falsa justificativa de garantir à sociedade a eficiência dos serviços públicos, o retorno do que pagam em impostos, etc.

Entretanto, é notório que os serviços públicos não estão funcionando com toda eficiência devido aos ataques sistemáticos impostos pelos governos, que sucateiam e retiram recursos. Exemplo disso é a Emenda Constitucional 95/16, aprovada em

2016, que congelou os investimentos públicos por 20 anos.

**ASSÉDIO** – Feita por funcionário não concursado, a avaliação possibilita o assédio ao servidor para obtenção de vantagem política ou financeira.

O texto chega ao ponto de possibilitar a exoneração do servidor em casos em que a suposta “insuficiência de desempenho” esteja relacionada até mesmo a problemas de saúde e psicossociais, se “a falta de colaboração do servidor no cumprimento das ações de melhoria de seu desempenho não decorrer exclusivamente dessas circunstâncias”.

Antes de impor um regime de avaliações punitivas sobre o funcionalismo, o governo deveria se preocupar em garantir capacitação e melhores condições de trabalho. As avaliações devem buscar resolver as demandas e não cortar ainda mais gastos, exonerando servidores sem previsão de novos concursos.

## Servidores não terão reajuste salarial com Bolsonaro na Presidência

Apesar de os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento terem aprovado, no dia 08 de agosto, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 no Congresso Nacional, o governo já deixou claro que não haverá aumento salarial para os servidores.

O texto da LDO precisa ser apreciado pelo plenário numa sessão conjunta da Câmara e do Senado. Mas, o provável veto ao reajuste do funcionalismo foi apontado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, quando afirmou que os governos anteriores contrataram funcionários públicos em excesso e, segundo ele, concederam reajustes “ferozmente”.

A falácia só engana quem nunca precisou dos serviços públicos, pois quem busca atendimento no setor sabe que faltam servidores. Além disso,

muitas categorias do funcionalismo amargam perdas salariais.

Ao todo, 253 mil servidores ativos e aposentados de diferentes carreiras, como de médicos peritos do INSS, auditores fiscais da Receita Federal, Polícia Federal, entre outras, receberam um reajuste escalonado em quatro anos, fruto da greve de 2015. Há, porém, categorias que não foram contempladas. Aproximadamente 80% dos servidores federais estão sem reposição salarial há dois anos.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou em entrevista ao GLOBO, que o governo vai segurar reajustes salariais e concurso público por, pelo menos, três anos. Isto é, até acabar o primeiro mandato de Jair Bolsonaro, considerando que o primeiro ano da gestão já se aproxima do fim. Bônus de eficiência e honorários



de sucumbência serão repensados.

Bolsonaro está comprando a reforma da Previdência com a justificativa de que precisa diminuir as despesas obrigatórias, mas agora, sua equipe já fala que ela não é suficiente e, por isso, é preciso reduzir as despesas com Pessoal. Para tanto, vai congelar os salários, não realizar concursos e,

ainda, perseguir e exonerar.

Aos servidores não resta outra alternativa que não seja a auto-organização, a união em torno do seu instrumento de luta, que é o sindicato. Não há nada a temer. Os ataques são uma realidade concreta e as demissões já estão ocorrendo. Somente a luta pode mudar esse cenário.



## Restrição de concursos públicos

A previsão de novos concursos públicos também consta na LDO, mas o secretário de gestão e desempenho de pessoal do governo, Wagner Lenhart, disse que as contratações de novos servidores só aconteceriam “em casos excepcionais”.

Segundo Lenhart, a reposição de pessoal será apenas para áreas consideradas estratégicas, como a jurídica, de Tecnologia da Informação e de Receita. Sobre outros cargos que ficarão vagos, o ministro Paulo Guedes já anunciou que serão substituídos por digitalização. A digitalização seria algo positivo, se fosse para, de fato, modernizar, e não sucatear os órgãos e autarquias federais. Tais medidas corroboram com o desmonte e privatização do setor.

## Terceirizados são demitidos

Se por um lado, o atendimento à população é limitado pela falta de servidores devido à redução dos concursos públicos; por outro, de forma precária, trabalhadores terceirizados vinham preenchendo lacunas.

Esses trabalhadores, porém, estão sendo demitidos em massa, sem a previsão de realização de concursos ou de contratação de pessoal.

As demissões são uma consequência da política de redução de gastos. Medidas como estas estão de acordo com a Porta-

ria nº 424/2019, publicada pelo ME em 22 de agosto. Estão suspensas novas contratações como serviços de consultoria; treinamento e capacitação de servidores; mão de obra terceirizada; aquisição de bens e mobiliário; obras; diárias e passagens internacionais; insumos e máquinas de café; e serviços de telefonia móvel e pacotes de dados.

Os terceirizados demitidos se somarão aos 13 milhões de desempregados no Brasil, aprofundando a crise no país.

## Clube de vantagens

O governo federal, por meio do Ministério da Economia, quer criar um clube de descontos para servidores públicos federais, como forma de compensar a falta de reajustes dos salários e concursos para ocupação de vagas ociosas. Os servidores ficam sem aumento real, mas terão alguns descontos para consumirem mais e garantirem mais lucro às grandes empresas. O clube de vantagens é mais uma iniciativa que faz parte da lógica das privatizações. Aparentemente, soa como positivo, entretanto, é uma ilusão. O servidor terá uma redução no seu poder aquisitivo nos próximos anos, em troca de pequenos descontos. Quem ganha é o setor privado.

## MEC faz mais cortes e Capes e CNPq não devem financiar nenhum novo pesquisador em 2019

Nos oito meses de 2019, a gestão Jair Bolsonaro extinguiu 11.811 bolsas de pesquisa financiadas pela Capes, o equivalente a 12% das 92.253 bolsas de mestrado e doutorado financiadas no início do ano. Esse corte acontece pouco mais de um mês após o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), outra agência federal de financiamento de pesquisadores, suspender

processo de seleção de bolsistas no Brasil e no exterior, por falta de recursos. Os cortes podem interromper pesquisas de ponta sobre câncer, dengue, zika, chikungunya, o desenvolvimento de testes para evitar a transmissão de HIV e hepatites B e C, além de diversos outros estudos. Essa é mais uma grande irresponsabilidade desse governo, que consegue ressuscitar doenças que já estavam erradicadas.

## Privatização e queda nos investimentos

Não é novidade que o governo Bolsonaro é defensor das privatizações. O programa de privatizações e concessões foi uma das principais promessas de campanha do presidente para melhorar a economia. Já foram vendidos aeroportos, terminais portuários, o trecho sul da Ferrovia Norte Sul, etc.

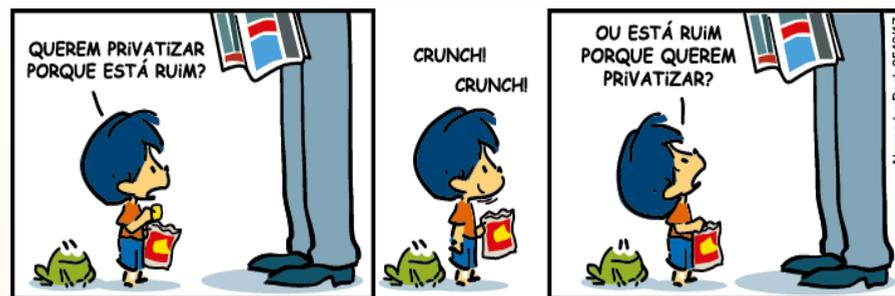
Além de privatizar ou liquidar as estatais e subsidiárias, o governo também promove a privatização dentro do setor público, com a mesma justificativa. Mas, a tendência dessa onda de privatizações não é nada boa.

Os preços não estão baixando, o desemprego segue no triste patamar de 13 milhões de brasileiros e o trabalho por conta própria subiu de 22,8 milhões no 2º trimestre de 2018 para 24 milhões no mesmo período de 2019. Exemplo da informalidade padrão da classe média ser “moto-

rista de aplicativo”. Mas, quem está abaixo dessa classe social na pirâmide, geralmente, não tem carro e a alternativa ao desemprego, muitas vezes, é se tornar vendedor de algum produto. E os excluídos? Esses apelam para pedir ajuda nos ônibus, portas de supermercados e farmácias e/ou passam a viver nas ruas. Independente da situação, estão no mesmo barco: trabalhadores desempregados que lutam para sobreviver.

A privatização representa a redução dos salários e dos benefícios trabalhistas, diminuindo consequentemente o poder de compra dos trabalhadores, afetando diretamente o consumo e a economia.

Assim como fez com as empresas estatais, o governo quer desmontar o serviço público brasileiro e repassar as suas funções para grandes empresas obterem mais lucros com



a prestação de serviços pelos quais somente os endinheirados têm condições de pagar.

Os investimentos previstos no Orçamento de 2020 devem cair para a faixa de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões, o menor patamar desde o início da série do Tesouro Nacional em 2007. Os números foram informados à Folha de S. Paulo pelo Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. O corte pode representar queda de até 40% em relação a 2019.

A queda dos investimentos públicos é um dos fatores que dificulta a retomada a economia brasileira, que patina desde a saída da recessão.

Os serviços públicos gratuitos, além de direito constitucional, são uma necessidade, principalmente para os mais empobrecidos. O povo não tem condições de pagar para ter acesso ao que é básico, como saúde, educação e moradia. A renda per capita no Brasil é de R\$ 1.373 e metade dos estados têm números abaixo do salário mínimo.

Se hoje o setor público apresenta complicações e defasagens, há de se culpar única e exclusivamente a ausência de investimentos do Estado, que resulta em uma população desamparada, empobrecida, desassistida.



FUNDACENTRO

## Nenhum a menos! Precisamos de todos e mais alguns!

Na última semana de agosto, trabalhadores da Fundacentro foram surpreendidos com o desligamento de todos os funcionários terceirizados responsáveis por atividades de apoio administrativo. O drama do desemprego para quem sai. A insegurança, a sensação de perda e a intensificação do trabalho para quem fica.

Mais de cem trabalhadores perdem a fonte de renda e passam a compor as estatísticas de desemprego. A suspensão do contrato acontece em um cenário de forte crise econômica, precarização e desemprego crescente.

As demissões visam atender à portaria nº 424/2019 do Ministério da Economia, com objetivo de reduzir custos. Dizem que não há recursos, que sentem muito, mas que são ordens superiores e não há o que fazer. Mas fica a pergunta: por que não há recursos? porque a prioridade é pagar juros e amortizações da dívida pública, que consome mais de 40%



Servidores fazem ato em solidariedade aos trabalhadores terceirizados

Foto: Fabia Corrêa

do orçamento nacional, mas nunca foi auditada.

O resultado das políticas de austeridade é conhecido: desemprego para os trabalhadores, sucateamento do serviço público, lucros crescentes para os banqueiros.

O Sindsef-SP repudia profundamente as políticas de austeridade que, para garantir os lucros, especial-

mente dos banqueiros, geram desemprego e precarização dos serviços públicos.

Atualmente, a Fundacentro enfrenta drástica redução de pessoal devido à falta de concursos públicos. O desligamento dos funcionários terceirizados vai piorar a situação. O corte representa aproximadamente 25% do quadro total de funcionários

(incluindo servidores, vigilância e limpeza). Os prejuízos serão grandes porque os trabalhadores desenvolviam tarefas de apoio importantes para o funcionamento da Instituição. Quase todos os setores serão afetados.

Membros da diretoria do Sindsef-SP se reuniram para discutir como essas demissões em massa afetarão o atingimento das metas dos servidores.

O Sindsef-SP não representa legalmente os trabalhadores terceirizados, mas se coloca à disposição para apoiá-los como for possível, e reforça o compromisso de luta por uma sociedade justa e igualitária: com trabalho e serviços públicos de qualidade.

Certamente ficará comprometido, o que pode vir a significar um salário menor. A diretoria convocará uma assembleia nos próximos dias para avaliar coletivamente essa situação.

SPU

## Escassez de recursos humanos sobrecarrega servidores; pela realização de concurso público!

Desde que assumiu status de superministério, o Ministério da Economia publicou uma série de portarias reduzindo orçamento e alterando a estrutura de funcionamento dos diferentes órgãos vinculados a pasta. Na Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o principal problema identificado pelo Sindsef-SP, é a redução do pessoal.

Frente as mudanças nas regras para aposentadoria, vários funcionários deram entrada no pedido do benefício, temendo possíveis prejuízos, caso a PEC 06, que tramita no

Senado, venha a ser aprovada, o que vai piorar drasticamente as condições de trabalho de quem fica.

Outra situação que também contribui para o esvaziamento do órgão é a falta de perspectivas e incentivos, como a previsão de realização de concurso público e a criação de um plano de carreiras para os servidores.

A diretoria do Sindsef-SP defende a realização urgente de concursos públicos e a criação de um plano de carreira para sanar a sobrecarga e evitar adoecimento dos profissionais.



Assembleia na SPU

Foto: Fabia Corrêa

### Assembleia

No dia 28/08, o Sindsef-SP realizou assembleia com os servidores, onde foi feita uma breve avaliação do momento político, das ações de resistência dos movimentos de luta por educação pública gratuita e de

qualidade e em defesa da previdência social.

A Reforma da Previdência também fez parte da pauta e foi o tema que contou com maior participação dos presentes.



IPEN

## Sindsef-SP e Assipen organizam debate sobre o futuro do Instituto diante dos constantes ataques ao funcionalismo

Diante da divulgação do Plano de Orientações Estratégicas 2019-2022, da Comissão Nacional Energia Nuclear (CNEN) – Portaria nº 21 -, que prevê diretrizes e estratégias, que impactam fortemente nas atribuições do IPEN e apontam mudanças profundas no que se refere à política nuclear brasileira, servidores do Ipen realizaram uma importante reunião com o objetivo de debater sobre as perspectivas para o Instituto no atual cenário.

O tema é extremamente necessário, pois o IPEN também está iniciando a discussão de seu Plano Plurianual, onde definirá suas próprias diretrizes e metas para os próximos anos. Apesar do instituto ser o principal produtor de radiofármacos da CNEN, seus servidores foram excluídos da discussão que optou pela privatização total da produção.

A reunião, realizada em 27/08, contou com a participação de dezenas de servidores, entre assistentes, analistas, tecnologistas e pesquisadores, de diferentes setores. O convite foi atendido tanto por aqueles que estão no IPEN há mais tempo, como os que ingressaram recentemente, demonstrando preocupação e vontade de

construir ferramentas de defesa do órgão.

Mas qual será a melhor forma de organizar esta reação, visando potencializar o desenvolvimento dos trabalhos, em um período de enxugamento do quadro de servidores e de redução das verbas para as atividades?

Para esta questão, que não é simples, há diferentes opiniões e ponderações. Para qualificar, ainda mais, o debate, foi definida uma comissão que pesquisará experiências de instituições similares ao IPEN, inclusive do exterior. A ideia é usar as informações apuradas, sistematizar as contribuições iniciais e apresentar na próxima reunião, prevista para 12/09, às 13h30, no Bloco A, sala 7. Os servidores do Ipen, que queiram contribuir com essa comissão, devem entrar em contato com a ASSIPEN.

Na ocasião também foram compartilhados informes sobre a última rodada de negociações, com a participação do Ministro do MCTIC, Marcos Pontes. O encontro, em Brasília, não resultou em avanço nas negociações e reforçou o entendimento que o governo prepara mais ataques ao funcionalismo e aos serviços públicos.



### Próximos temas de debate

- Quais as possibilidades e alternativas para, ao menos, reduzirmos os prejuízos relacionados à falta de recomposição do nosso quadro de servidores?

- E o Reator Multipróspero Brasileiro - RMB? Qual é e qual será o papel do IPEN neste importante empreendimento?

- Qual é a relação do IPEN com a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de São Paulo USP/IPEN? O modelo atual é o mais

adequado para os interesses públicos e da Instituição?

- Qual o futuro da produção de radiofármacos? A CNEN se definiu pela privatização total da produção!!! Está correto? Esta é a posição que defendemos? Esta é a melhor opção para a população brasileira?

- E a gestão do IPEN? Está a contento? É inclusiva e democrática? O modelo de definição das gerências é o mais adequado?

### Palestra sobre a Reforma da Previdência

O Sindsef-SP e a Assipen convidaram o advogado César Lignelli para retornar ao Ipen e comentar as alterações no texto da Proposta Emenda Constitucional (PEC 06) que foi encaminhado para o Senado. O objetivo da palestra foi elucidar dúvidas após as mudanças no texto original.

O advogado buscou mostrar que o projeto continua significando um profundo ataque aos trabalhadores, pois essa proposta de nova previdência modifica as regras de concessão da aposentadoria tanto do Regime Próprio, quanto do Regime Geral e

da Assistência Social.

Com as mudanças o trabalhador vai ser forçado a contribuir por mais tempo, em percentuais mais altos, para no final ter direito a receber menos. Ou seja, a ideia geral de tirar direito do trabalhador para economizar se mantém.

César também argumentou que o único interesse de Paulo Guedes com a proposta da Pec é a capitalização. O objetivo é aumentar a venda de previdência privada, tanto que, apesar da capitalização ter sido excluída no texto aprovado pelos deputados, os



Servidores do Ipen participaram da palestra com o advogado César Lignelli

Foto: Fábria Corrêa

senadores avaliam a possibilidade de criar uma PEC Paralela para incluir o sistema de capitalização. (Leia mais

no Encarte Especial sobre a Reforma da Previdência, que acompanha esta edição).



INCRA

## Justiça determina interdição da superintendência

A justiça determinou a interdição do prédio onde funciona a superintendência regional do Incra/SP, por expor usuários – servidores, trabalhadores terceirizados e população - a situação de risco iminente de acidente, devido às péssimas condições de conservação do edifício.

Falta de acessibilidade, sistema de combate a incêndio insuficiente, rachaduras, ambientes favoráveis a proliferação de doenças, são alguns dos problemas identificados pela perícia técnica que vistoriou o imóvel.

O perito apontou vulnerabilidade do sistema de combate a incêndios, tais como: hidrantes sem manutenção, número de extintores insuficientes nos ambientes, culminando na ausência do equipamento nos dois



subsolos. Além disso, não há brigada de incêndios, nem sinalização suficiente para evacuação do local, também falta corrimão e as instalações elétricas estão desprotegidas. Os riscos são agravados pela presença de obstáculos e pisos danificados de forma generalizada nos pavimentos.

Ainda foi possível observar infil-

trações, marcas de umidade e mobiliário inadequado, entre outras precariedades. As autoridades competentes confirmam as irregularidades.

Representantes do Incra/SP alegaram que a edificação, apesar de antiga, está em bom estado de conservação; que estaria sendo contratada a elaboração de projetos de reforma e que a execução de tais projetos estaria em andamento. No entanto, até o fechamento desta edição, não apresentou nenhum documento que comprove o processo de reforma do local.

O juiz solicitou uma audiência para definir, primeiro, um planejamento para a realização das obras e, avaliar, a possibilidade de adequação nas instalações para o funcionamento

provisório de serviços prestados na unidade.

Na audiência, realizada no dia 04 de setembro, os representantes do Incra não apresentaram nenhum cronograma indicando que seriam providenciadas as adequações necessárias, já apontadas pelo perito, no laudo técnico. Assim, foi determinada a interdição do prédio onde funciona a superintendência do Incra/SP, a partir de 09 de setembro, visando resguardar os trabalhadores e usuários dos serviços ali prestados.

Vale observar, que as questões apontadas na ação, são denunciadas desde 2010, pela Assincra/SP e pelo Sindsef-SP, através de ofícios enviados à superintendência e à presidência da autarquia. A falta de ações gerou o agravamento da situação tornando a interdição do prédio necessária para evitar uma tragédia.

Diante da vistoria, e conclusões irrefutáveis do perito, que corroboram as denúncias que estão sendo feitas há anos, o Sindsef-SP não medirá esforços para que os reparos sejam realizados imediatamente e, assim, garantir a segurança de todos.



CONAB

## Trabalhadores tentam abrir negociações com a diretoria da empresa

Trabalhadores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculados ao Ministério da Agricultura, apresentaram sua pauta de reivindicações para o ano de 2019. A empresa tem se negado a abrir negociações tergiversando sobre questões de representatividade.

A pauta inclui reajuste de 3,70%, correspondente a 100% do INPC acumulado de setembro de 2018 a agosto de 2019, mais 6,09%, referente à reposição das perdas acumuladas, e mais 2% de ganho real sobre salários e benefícios, aplicados em 1º de setembro de 2019.

Além disso, os empregados da

Conab querem que a empresa conceda mensalmente aos seus empregados o auxílio-escola, no valor de R\$ 800,00, destinado aos filhos e dependentes legais dos 7 aos 18 anos, desde que cursando o ensino fundamental ou o ensino médio em estabelecimento de ensino privado.

Outro ponto é a continuidade da concessão do cartão de refeição ou alimentação no valor de R\$ 45,50, por 25 dias dentro do mês, com desconto da participação financeira sobre o valor total do benefício do empregado assistido.

Também consta na pauta a implantação do salário mínimo profis-



Conab é encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento

sional (Lei 4.950/A), dos engenheiros agrônomos como piso salarial do nível superior. Além das cláusulas econômicas, a categoria busca a permanência e a garantia de direitos já

adquiridos em cláusulas sociais.

O Sindsef-SP repudia a postura da empresa e se soma à luta dos trabalhadores para que sua pauta seja atendida.

Foto: Daniel Popov



Ex-MTb

## Fechamento de unidades na capital e no interior gera transtorno para usuários e servidores

O encerramento das atividades das Gerências da Regional Sul, Norte, Leste e Oeste, se concretizou no mês de agosto. O fechamento integra a política de redução orçamentaria do governo federal.

O fim das gerências, antes instaladas em pontos estratégicos da capital, dificultará o acesso dos usuários, que precisarão percorrer longas distâncias, e também significará tempo maior de espera no agendamento. Os servidores

foram todos transferidos para o prédio da superintendência, hoje situado na rua Martins Fontes, que passa a absorver a demanda de toda a capital, entre eles serviços como emissão de carteiras de estrangeiros, análise de processos de seguro-desemprego, formalização de denúncias trabalhistas, emissão de registro profissional, entre outros.

Estamos falando do centro financeiro do país e de uma das cidades mais populosas do mundo, que

concentra um grande número de desempregados, o que vai resultar em aumento na procura dos serviços, gerando filas, reclamações e mais pressão sobre os servidores.

No interior também aconteceram fechamentos de unidades. Em Bauru, oito agências da região baixaram as portas definitivamente, por falta de servidores. Após a aposentadoria dos funcionários, as agências de Lins, Lençóis, Barra, Promissão, Pirajuí, Pederneiras, São Manoel e Avaré encerraram os serviços. Agora os trabalhadores precisam se dirigir até a gerência de Bauru para buscar atendimento.

Mesmo as unidades que estão em funcionamento enfrentam dificuldades. Em várias agências os contratos dos funcionários terceirizados não foram renovados, o que deixa descoberto setores importantes para o andamento do serviço, como é o caso da recepção. Sem recepcionistas, os

servidores precisam dar conta de organizar o atendimento presencial e telefônico.

Ainda está prevista a transferência da Superintendência, da Martins Fontes, para o edifício da Receita Federal, situado no bairro da Luz.

Justo no momento de intensificação da crise econômica, o órgão de suma importância na fiscalização e controle das relações trabalhistas, torna-se mais inacessível para os trabalhadores.

O custo para a manutenção dos prédios e a diminuição no quadro de funcionários são alguns dos motivos apontados para o fechamento das unidades.

A diretoria do Sindsef-SP participou de várias reuniões com o superintendente e sua equipe, contestando esses encaminhamentos e argumentando sobre os transtornos que essa reestruturação vai causar para a população e na vida dos servidores.



Foto: REUTERS/NachoDoce

IBAMA

## Equipe de fiscalização é alvo de tiros no Pará

Uma operação de fiscalização identificou uma área de garimpo ilegal, próximo da Terra indígena Ituna/Itatá, em Altamira/PA. No local foram encontradas uma grande escavadeira, máquinas e bombas usadas em escavações.

A equipe, composta por quatro fiscais do Ibama, quatro agentes da Força Nacional e oito Policiais Federais, foi alvo de atiradores durante a inspeção. Os agentes de segurança, que realizavam a proteção dos fiscais, revidaram e houve troca de tiros.

Os disparos começaram após os fiscais queimarem e destruírem os equipamentos encontrados no local. O procedimento, é previsto por lei, nos casos em que os maquinários estão em áreas de difícil remoção,



Foto: REUTERS/NachoDoce

como em ações nas regiões de garimpo ilegal e extração de madeira na Amazônia.

O decreto que trata do tema é de 2008 e estabelece que produtos apreendidos podem ser “destruídos ou inutilizados quando: a medida for necessária para evitar o seu

uso e aproveitamento indevidos nas situações em que o transporte e a guarda forem inviáveis em face das circunstâncias; ou possam expor o meio ambiente a riscos significativos ou comprometer a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos na fiscalização”.

Em abril, circulou nas redes sociais um vídeo do Presidente Bolsonaro criticando e, inclusive, tentando intimidar e proibir os servidores de realizarem o procedimento, que está previsto na legislação.

Já Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, declarou que o Ibama editaria uma instrução normativa, com novas regras para a destruição de máquinas e veículos pesados em operações de fiscalização contra infrações ambientais.

O Sindsef-SP repudia veementemente o ataque e se solidariza com os servidores que colocam sua vida em risco no exercício de suas funções. Da mesma forma, exige investigação e punição dos envolvidos nesta tentativa de intimidação dos servidores.



## Visitação ao Quilombo Cafundó

Como parte das comemorações do Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho, o Sindsef-SP promoveu uma visita ao Quilombo Cafundó, situado em Salto do Pirapora/SP. A forte energia do lugar era transmitida nos sorrisos, nos cânticos e, também, nas lágrimas de emoção dos visitantes e dos anfitriões.

Imponente, D. Regina contou orgulhosa como tudo começou... Era o século XIX, em 1866, com a chegada de nas terras onde hoje é o Quilombo Cafundó, após ter conquistado a liberdade, Joaquim Congo se casou com a D. Ricarda e construíram ali suas raízes. Dessa união nasceram as filhas



Efigênia e Antônia.

A comunidade Quilombola do Cafundó ocupa o local há cerca de 150

anos. Nesse período o território foi palco de inúmeros conflitos com grileiros e fazendeiros. Muitos perderam

a vida nesses enfrentamentos, na luta pela reparação após séculos de escravidão e tratamento desumano, mas sempre passando para os mais jovens a importância de resistir e não se render.

As mulheres ocupam lugar de destaque na história do Cafundó. Após os assassinatos dos seus filhos e/ou companheiros, elas não se renderam e assumiram a luta, até conseguir preservar o terreno onde se encontram as plantações e construções do Quilombo.

Efigênia, Antônia, Maria Augusta, Cida, são alguns dos nomes das mulheres negras que, como leões, lutaram pela preservação das tradições culturais, da língua e da dança, repassando para as novas gerações.

### Jongo



Durante a visita aprendemos Jongo e a carga histórica que essa dança traz ao som do Tambu e do Caxambu. Como surgiram as saias rodadas e coloridas do Jongo, que eram feitas de cortinas e toalhas de mesa depois de dispensadas pela casa grande, na época da escravidão.

Os passos da dança baseiam-se no encontro e reencontro. “Nós vamos, nós voltamos, na volta nos encontramos”!

Em outro momento, nos refugiamos do sol, embaixo de uma árvore, enquanto ouvíamos sobre os avanços na produção agrícola, como os produtos eram vendidos, além de histórias sobre diferentes momentos de luta na busca pela Titulação, que até hoje ainda não foi conquistada em definitivo.

Para encerrar uma grande roda foi formada para ouvir mais sobre a história do Cafundó e, ao final, festejar aquele passeio rodando as saias coloridas.

### Homenagem



Um momento de grande emoção durante a visita foi a homenagem feita pelo Sindsef-SP aos familiares de uma combativa liderança do Quilombo Cafundó, Dona Cida.

Ao ter conhecimento que existe a tradição de manter na capela a foto de pessoas que foram importantes para eles e sentindo a ausência de uma representante feminina naquele espaço sagrado, a diretoria do Sindsef-SP presenteou a comunidade com um retrato emoldurado da D. Cida.

A entrega foi feita pela diretora Ana Gori, representando o conjunto da diretoria. As filhas e os irmãos, da D. Cida, ficaram profundamente emocionados com o gesto carinhoso. Assim, um retrato da matriarca, passou a ocupar o lugar merecido, ao lado dos demais guerreiros, na capela de São Benedito, construída no final do século XIX.

### Coleta de doações

O Sindsef-SP promoveu uma campanha para arrecadar cobertores e agasalhos para as famílias da ocupação dos Queixadas, que estão em um processo de luta por moradia e enfrentando o rigoroso inverno paulista.

Foi solicitado uma contribuição de todos os participantes da visita ao Quilombo. Com a iniciativa de combinar a visita ao Quilombo com a Campanha, foi possível arrecadar uma diversidade de itens para ajudar a aplacar o frio da ocupação e demonstrar a solidariedade que deve sempre ser estimulada.





VITÓRIA

# COM LUTA, COM GARRA, A CASA SAI NA MARRA!

## Tribunal de Justiça suspende liminar de reintegração de posse da Ocupação dos Queixadas

**A**s famílias da Ocupação dos Queixada, em Cajamar/SP, que estão em um processo de luta por moradia, conquistaram uma significativa vitória. No dia 27/08, o Tribunal de Justiça suspendeu a ação de reintegração acabando, por ora, com a angústia.

A decisão, favorável aos moradores da ocupação, contou com o apoio da Defensoria Pública e a sensibilidade do desembargador que suspendeu

a ação. O advogado da CSP-Conlutas Waldemir Soares também auxiliou no processo e a Central e suas entidades filiadas apoiaram desde o começo a ocupação.

“Vamos fortalecer a luta em baixo, e exigir da Prefeitura de Cajamar uma posição sobre o direito à moradia das famílias. A Ocupação dos Queixadas resiste e vai intensificar ainda mais a consolidação desse território de luta construído pelas mãos do povo”, ressaltou em nota o movimento.



### Uso da terra para fins de moradia

O terreno ocupado pelas famílias estava abandonado há mais de 20 anos. Além disso, trata-se de área demarcada pelo Plano Diretor do município como Zona Especial de Interesse Social, ou seja, para fins de regularização e melhoria de moradia para a população de baixa renda, mas nunca foi destinado para tal finalidade.



### Queixadas resistem

A ocupação em Cajamar é a terceira realizada pelas famílias. A primeira vez foi no começo de 2018, em Perus. Porém, foram removidas de forma ilegal: não havia ordem judicial e nem certeza da Prefeitura quanto à propriedade do imóvel. A Subprefeitura Regional de Perus comandou uma megaoperação, que contou com mais de 60 viaturas e muita truculência.

Na segunda vez, quando retomaram a mesma área, ocuparam a Câmara de Vereadores de São Paulo e foi aberta uma negociação junto à Secretaria Municipal de Habitação. Chegaram a elaborar estudos de viabilidade de imóveis indicados pela Prefeitura para a construção de projeto, mas a negociação não foi adiante, em razão do esvaziamento das políticas habitacionais e falta de recursos públicos.

### Visitação e entrega das doações

Membros da diretoria do Sindsef-SP estiveram na Ocupação dos Queixadas, em 05/08. Na ocasião entregaram as doações arrecadadas com a campanha de solidariedade, divulgada nos meios de comunicação do sindicato.

Lá moram cerca de 200 famílias que estão firmes na luta pelo direito a uma moradia digna. Eles enfrentam o rigoroso inverno embaixo de lonas, mas a organização do espaço propicia a possibilidade de uma sociedade movida pela solidariedade.

As refeições são preparadas em uma cozinha comunitária. Ali, o pouco de cada um é somado e se transforma na garantia de café da manhã, almoço e janta para todos. Outra ta-

refa é manter a vigília constante do lugar.

Os Queixadas buscam romper a divisão de tarefas levando em conta o gênero, para alcançar esse objetivo homens e mulheres se alternam na vigilância e na cozinha.

Os “Queixadinhas” não foram esquecidos, o lugar tem uma pequena biblioteca, que ainda precisa de madeiras, para transformar em prateleiras, e livros, para os diferentes públicos e idades. Há, ainda, um espaço de brincar com dois balanços, feito com pneu amarrado com cordas em uma árvore, e uma gangorra improvisada entre o tronco de outra árvore.

Em outra parte do terreno, encontra-se um espaço destinado as



apresentações e oficinas culturais.

Os diversos depoimentos coletados durante a visita mostram trabalhadores, mães e pais de famílias, que não conseguem arcar com o alto custo de um aluguel. Muitos relatam que, chegou um momento em que precisaram escolher entre pagar o aluguel ou garantir uma alimentação para os filhos.

“As pessoas passando frio e mor-

rendo na rua com tanta terra vazia. Esses terrenos abandonados pertencem a gente. Pagamos com os nossos impostos. Por isso eu estou na luta e daqui eu não saio não”, fala emocionado Pai Velho, 64 anos, que sofreu nas remoções violentas dos outros terrenos.

O Sindsef-SP apoia a luta dessas famílias e entende que se morar é um direito, ocupar é um dever.



# Congressos da CSP-Conlutas e do Sindsef-SP trazem grandes desafios

4º Congresso da Central acontece nos dias 03, 04, 05 e 06 de outubro

**E**m uma conjuntura bastante explosiva, as resoluções do Congresso da CSP-Conlutas devem apontar um programa e um plano de ação que busque responder às necessidades imediatas e históricas dos trabalhadores da cidade e do campo, mulheres, negros(as), LGBTs, aposentados, indígenas, quilombolas e estudantes.

Com a chegada da ultradireita ao governo, com Bolsonaro e Mourão, novos desafios estão colocados e a CSP-Conlutas segue cumprindo um importante papel na luta dos trabalha-

dores de nosso país. Na atual conjuntura, a luta central é contra o governo Bolsonaro e o imperialismo, do qual ele é capacho.

No terreno da reorganização, a tarefa é seguir forjando uma alternativa de direção para a classe trabalhadora, com independência de classe, que se coloque contra o projeto de conciliação e entrega de direitos, as velhas cúpulas burocráticas e as diversas alternativas políticas da burguesia.

O Sindsef-SP participará do Congresso com uma delegação de servidores eleitos em assembleias



realizadas nos órgãos e divulgará as resoluções aprovadas.

Chamamos todas as lutadoras e lutadores a construir conosco a CSP-Conlutas para avançarmos na afirma-

ção de nossa Central como a alternativa de direção para as lutas da classe trabalhadora no país, com seu caráter sindical e popular, classista, democrático e internacionalista.

## 24º Congresso do Sindsef-SP e a Assembleia Geral Estadual para Alterações Estatutárias ocorrem nos dias 29, 30 de novembro e 01 de dezembro

No mês seguinte ao 4º Congresso da CSP-Conlutas, será realizado o 24º Congresso do Sindsef-SP. O edital de divulgação do congresso será publicado em setembro. O local ainda está sendo definido.

O Congresso do Sindsef-SP virá com o acúmulo dos debates da nossa

central sindical. Será um importante momento para, de mãos dadas, traçarmos a política sindical, classista e independente específica do sindicato, de base e com a base, para barrar o governo de Bolsonaro, ganharmos força com a auto-organização e para que possamos realizar fortes mobilizações em 2020.

Foram inúmeros os ataques do governo ao serviço público no último período e sabemos que vêm mais por aí. Tudo com a roupagem de mudanças ditas necessárias para conter a crise econômica, melhorar a economia do país, cortar gastos e modernizar o serviço público. Na realidade despida, medidas apenas para garantir a manutenção da velha política, o favorecimento do lucro dos bancos e do mercado financeiro, retirando dos pobres para manter o luxo dos ricos. Nenhuma novidade em termos ideológicos. O sistema é o mesmo. Porém, um tanto mais cruel e bárbaro.

As propostas de resoluções para o Congresso do Sindsef-SP, que deverão tratar sobre os temas de Conjuntura, Balanço e Plano das Lutas dos Servidores e do Sindsef-SP e Combate às Opressões, deverão ser entregues até às 18 horas do dia 11/10, na sede do sindicato. A rodada de assembleias para eleição da delegação ao congresso será realizada no período compreendido entre 14/10 e 14/11. Conforme prevê o estatuto do Sindsef-SP, os delegados, para participarem do congresso, deverão ter no mínimo três meses de filiação na entidade, estar em dia com suas obrigações estatutárias e ser eleitos em

assembleia por local de trabalho, na proporção de um delegado para cada grupo de cinco presentes.

### Assembleia Estadual do Sindsef-SP para Alterações Estatutárias

No dia 29/11, às 18 horas será realizada, no mesmo local do congresso do Sindsef-SP, a Assembleia Estadual para Alterações Estatutárias. Será assegurada a participação de todos os interessados, que deverão fazer contato previamente com o sindicato para garantir a logística para o comparecimento.

### Confira algumas datas importantes

- 11/10 – Prazo de Entrega das Resoluções para o Congresso do Sindsef-SP
- De 14/10 a 14/11 – Rodada de Assembleias para eleição da delegação ao Congresso do Sindsef-SP
- 29/11 – Assembleia Estadual do Sindsef-SP para Alterações Estatutárias
- 29, 30/11 e 01/12 – Congresso do Sindsef-SP